

ARTIGO

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

ISSN 2179-0892

Volume 28 • n° 2 (2024)

e195501

Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção

Flávio Lima¹ 

¹Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

E-mail: flavior_lima@hotmail.com

Como citar este artigo: LIMA, F. Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção. Geosp, v. 28, n. 2, e195501. 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2024.195501pt>



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Indústria têxtil e expansão do capitalismo no Brasil: o protagonismo das formas flexíveis de produção

RESUMO

Durante o último quarto do século XX, o capitalismo enfrentou crises que resultaram no declínio da geração de lucros. Essas crises – e os esforços realizados para superá-las – provocaram mudanças significativas nas relações de produção. As interpretações acerca das dimensões dessas ressonâncias (maioria delas formuladas nas décadas de 1980 e 1990 por teóricos do norte global) concluíram em favor da emergência de novas formas flexíveis de produção. No entanto, dada a abrangência espaço-temporal destas formulações, que superdimensionam efeitos particulares como se fossem universais, faz-se necessário colocá-las em exame. Dito isso, o objetivo deste artigo consiste em verificar até que ponto tais interpretações são explicativas das mudanças que incidiram na realidade brasileira, que pouco se assemelha àquelas particularidades que basearam as conclusões. Como parte de um esforço de perseguir tal objetivo, elabora-se uma discussão contextualizada a partir da indústria têxtil brasileira para verificar como se expressaram as mudanças nas relações de produção ao longo das fases originária, de industrialização e neoliberal para, assim, interrogar se implicam ou não em novas formas flexíveis. A perspectiva abrangente permitiu demonstrar que a acumulação flexível não é novidade no Brasil. Apesar das mudanças e das formas assumidas nas distintas transições, as relações de produção estiveram sempre circunscritas às formas flexíveis de produção. E, por meio da investigação, conclui-se que as interpretações pretensamente universais não permitem desvendar a expansão do capitalismo no Brasil.

Palavras-chave: Expansão do capitalismo. Relações de produção. Flexibilidade do trabalho. Industrialização.

Textile industry and the expansion of capitalism in Brazil: the protagonism of flexible production forms

ABSTRACT

During the last quarter of the 20th century, capitalism faced significant restraints on capital accumulation. The pursuit to fix profit generation and overcome the crisis led to profound changes in production relations. The interpretations of these changes (mostly formulated in the 1980s and 1990s by intellectuals from the global North) concluded in favor of the emergence of new flexible forms of production in all of the world. However, these formulations tend to present exaggerated versions from a specific time-space perspective to assert their universality, and necessitating scrutiny. In this paper, I aim to examine whether such interpretations explain the changes that occurred in Brazilian reality, a country of the Global South. To pursue this objective, I situated the debate within the context of the Brazilian textile industry to ascertain how changes in production relations have been expressed across the stages of origin, industrialization, and neoliberal capitalism in Brazil, and to question whether they imply new forms of flexibility. The broader perspective allowed me to demonstrate that flexible accumulation is not a novelty in Brazil. Despite the changes and forms assumed in different capitalist transitions, production relations have consistently been shaped by flexible forms of production. Through research, I conclude that purportedly universal interpretations do not facilitate an understanding of the expansion of capitalism in Brazil and its implications.

Keywords: Capitalism expansion. Relations of production. Labor flexibility. Industrialization.

Industria textil y expansión del capitalismo en Brasil: el protagonismo de las formas flexibles de producción

RESUMEN

Durante el último cuarto del siglo XX, el capitalismo enfrentó crisis que resultaron en el declive de la generación de ganancias. Estas crisis -y los esfuerzos realizados para superarlas- provocaron cambios significativos en las relaciones de producción. Las interpretaciones sobre las dimensiones de estas resonancias (mayoría formuladas en las décadas de 1980 y 1990 por teóricos del norte global) concluyeron a favor de la emergencia de nuevas formas flexibles de producción. Sin embargo, debido a la amplitud espacio-temporal de estas formulaciones, que sobredimensionan efectos particulares como si fueran universales, es necesario someterlas a examen. Dicho esto, el objetivo de este artículo es verificar hasta qué punto tales interpretaciones explican los cambios que afectaron la realidad brasileña, muy distinta de las particularidades que fundamentaron las conclusiones. En el esfuerzo por perseguir este objetivo, se elabora una discusión contextualizada a partir de la industria textil brasileña para verificar cómo se expresaron los cambios en las relaciones de producción a lo largo de las fases originaria, de industrialización y neoliberal, y así cuestionar si ellos implican o no nuevas formas flexibles. La perspectiva histórica amplia adoptada permitió sostener que la acumulación flexible no es novedosa en Brasil. Aunque ha pasado por cambios y ha asumido otras formas en las diferentes transiciones, las relaciones de producción siempre han estado circunscritas a formas flexibles de producción. Con la investigación se concluye que las interpretaciones supuestamente universales no permiten dilucidar la expansión del capitalismo en Brasil.

Palabras clave: Expansión del capitalismo. Relaciones de producción. Flexibilidad laboral. Industrialización.

PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO¹

Desde a segunda metade do século XX – com certa intensidade a partir das décadas de 1980 e 1990 –, o modo capitalista de produção tem passado por profundas crises em todos os níveis, que conduziram a acumulação de capital a padrões de crescimento baixos ou retardados, gerando declínio de lucros. Diante destas crises, o sistema de dominação do capital instaurou um processo de restauração do poder de classes (Harvey, 2008) como tentativa de assegurar os níveis de lucratividade. Um dos resultados imediatos dessa estratégia foi a deflagração de amplos movimentos de reorganização nas relações de produção – em suas dimensões espacial, técnica, social e jurídica.

À medida que o século XXI avança, as implicações das formas de dominação daí decorrentes repercutem de modo cada vez mais incisivo e dramático sobre o mundo do trabalho. Vemos, em especial, a efetivação de mudanças *nas relações de produção* e, a partir delas, o reforço de diversas proposições que se baseiam em análises sobre elas e concluem em favor da insurgência de novas formas flexíveis de produção como um de seus desdobramentos. Essas análises sustentaram que estávamos vivendo com formas pós-fordistas do trabalho (Aglietta, 1979; Lipietz, 1989), cuja organização se baseia em maior versatilidade nas práticas produtivas, numa produção mais dispersa pelo espaço, além de

¹ Este artigo é fruto das discussões mobilizadas em minha pesquisa doutoral intitulada *Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira* (Lima, 2023). Sou grato a Arlete Moysés Rodrigues, Florencia Musante, Tábata Berg, Thais Almeida e ao Ricardo Festi pelos diálogos sugestivos e pelas leituras críticas realizadas a partir de seus primeiros esboços. Agradeço também aos(as) pareceristas, por suas sugestões construtivas. Para além dos nomes mencionados, importa agradecer à Capes por financiar uma parcela desta pesquisa com recursos públicos.

um maior individualismo no modo de vida. Outros autores, como Sabel e Piore (1984), afirmam que, por conta do alcance das tecnologias e das informações, lidamos com modelos baseados na especialização flexível, nos quais a rigidez do padrão de organização rotinizada do trabalho cedeu lugar a formas mais flexíveis, dispersas e diversas de racionalização da produção².

Apesar de suas importâncias, tais interpretações são limitadas, visto que: (I) superestimam a amplitude das mudanças (Antunes, 1999) ao descrever processos associados à internalização da acumulação de capital por meio de afirmações abrangentes que analisam distintas dimensões da reestruturação sob aspectos homogêneos (Kilmister, 2000), definindo-os como um marco absoluto nas propostas analíticas universais. Com isso, (II) simplificam as dimensões temporal e espacial dos processos históricos que sedimentam a rodada de reestruturação produtiva, bem como a distinção deles nas formações socioespaciais de capitalismo central e periférico, perdendo de vista suas especificidades. Assim, (III) contribuem, mesmo que involuntariamente, com a disseminação da cultura capitalista que vem predominando por meio de ações supraterritorializadas de grupos empresariais (troca livre) sobre os Estados nacionais (protecionismo) (García Linera, 2021).

Diante dessas limitações, tais interpretações merecem ser colocadas em exame para que se verifique até que ponto elas podem ser explicativas das relações de produção em formações socioespaciais particulares. Desse modo, surgem algumas questões: em que medida o universalismo dessas proposições superestimadas podem ser úteis para uma análise sobre as dimensões das mudanças *nas relações de produção* e sobre as manifestações de formas flexíveis de produção em realidades como a brasileira? Elas permitem examinar o papel dos Estados e das burguesias em contextos nacionais e articulá-los com incidências políticas de curto e longo alcance?

Como parte de um esforço para analisar e debater tais questões, elaboro uma discussão contextualizada a partir da indústria têxtil brasileira com o objetivo de verificar até que ponto essas interpretações permitem explicar as mudanças que incidiram na realidade brasileira. Ao fazê-lo, busco compreender como tais mudanças se expressaram neste território, analisando se elas implicam ou não em maiores níveis de flexibilidade nas relações de produção.

Para tanto, utilizo-me da contribuição conceitual de *acumulação flexível* reformulada por Harvey (1992) por considerar que ela permite ir além das proposições conceituais esboçadas e apresenta uma aproximação que ilustra, de modo mais adequado, as incidências das crises de acumulação de capital e como elas repercutiram em mudanças nas relações de produção no ocidente global. No entanto, tratando-se de uma reformulação empreendida a partir dos moldes da reprodução capitalista norte-ocidental, ao transferi-la para o Brasil – país de capitalismo periférico Sul-ocidental – faço um esforço de *ampliação* (Burawoy, 2014) e de *mediação* (Mészáros, 2004), a fim de compreender as formas que o capitalismo assumiu nas distintas *transições* (Martins, 2001) e as determinações expressas nesta *formação socioespacial* (Santos (2004) particular.

² Propôs-se, ainda, em distintas chaves, que as mudanças no modo de regulação provocaram notáveis mutações nas práticas culturais e sociais e que, agora, vivemos um mundo pós-globalizado ou pós-moderno, que conduz as sociedades ao fim da centralidade do trabalho e da classe trabalhadora. Um panorama crítico sobre as concepções pode ser acessado em Harvey (1992) e Antunes (1999).

As relações de produção na indústria têxtil brasileira permitem contextualizar essa discussão. Esse setor produtivo – um dos pioneiros no impulso do industrialismo brasileiro – adaptou-se às imposições que lhes são próprias do modo capitalista de produção para restaurar a elevação dos níveis de lucratividade, ora antecipando, ora incorporando estratégias de atuação econômicas e produtivas – as quais se efetivaram pelo espaço –, como a implantação de formas de gestão/dominação e o uso de novas tecnologias sobre o trabalho, típicas respostas às crises conjunturais que vigoraram no último quartel do século XX.

Para tal discussão, utilizo-me de distintos procedimentos de investigação. Em primeiro lugar, segue um levantamento de dados empíricos primários e secundários. A base de dados empíricos primários se refere a uma pesquisa produzida entre os anos de 2018 e 2021. Já a base de dados empíricos secundários concerne a uma ampla pesquisa documental realizada entre os anos de 2019 e 2022, a partir da recompilação, análise e interpretação crítica de dados e informações obtidas em instituições e agências públicas e privadas. Além disso, utilizo-me dos preceitos do método de caso ampliado, proposto por Burawoy (2014), para fazer uso analítico de minhas próprias experiências enquanto trabalhador no setor têxtil.

Ao longo da exposição da discussão, organizada em três seções, determinados eventos ocorridos entre o final do século XVIII e o início do XXI são mobilizados para situar determinados desdobramentos decorrentes do conjunto de mudanças nas relações de produção que sedimentaram o processo de expansão do capitalismo ao longo da formação socioespacial brasileira.

A perspectiva abrangente sobre a deflagração das reorganizações – que possibilita uma compreensão espaço-temporal do trabalho que o estrutura (Thomaz Júnior, 2011) – permitiu expressar que a discussão acerca da acumulação flexível não é novidade no Brasil. Ela é, antes de tudo, um traço constituinte, multidimensional e em contínua transformação das relações de produção que, no Brasil, basearam-se historicamente na flexibilidade. Neste traço constituinte reside o protagonismo das formas flexíveis de produção que as teorias pretensamente universais – e suas inadequadas mobilizações – não permitem explicitar.

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO TÊXTEIS SOB OS MOLDES DA EXPANSÃO DO CAPITALISMO ORIGINÁRIO

A expansão das fronteiras da produção algodoeira e da produção têxtil se caracterizou, entre o final do séc. XVIII e o início do XIX, como uma das frentes de expansão que originou o capitalismo brasileiro. As particularidades das relações que aí se processaram estiveram fundadas nas produções de alimentos e de matérias-primas, realizadas na base do trabalho escravizado, com sede no Nordeste brasileiro, onde estiveram assentadas as bases das oligarquias agrárias no período.

Inicialmente, a emergência da produção algodoeira no Brasil esteve vinculada aos impulsos provocados pelas demandas de expansão das relações imperialistas comandadas pela Inglaterra, berço da Revolução Industrial (RI). Essas relações redefiniram a paisagem da região Nordeste pelo menos de duas maneiras: de uma parte, assistiu-se ao deslocamento da produção açucareira de sua antiga posição de produtor principal – que ficou a cargo da Antilhas caribenhas (Oliveira, 1993); e, de outra, viu-se o “[...] avanço da indústria têxtil

na economia inglesa” quando, em decorrência dos impulsos da RI, a demanda por algodão começou a crescer exponencialmente (Oliveira, 1993, p. 46) no cenário interno e externo.

A emergência dessa produção ocorreu em meio a um período de revitalização da ordem escravocrata brasileira. Atrela-se a essa questão a afirmação de que os países colonizadores se beneficiavam das explorações e expropriações realizadas em suas Colônias (Moraes, 1994). De modo geral, as pesquisas registram que as produções têxteis mantinham vínculos espaciais com as plantações de algodão, a despeito, principalmente, do baixo desenvolvimento no setor de transportes, mas também em função da distribuição do tráfico de escravizados por regiões no Brasil (Almico; Saraiva, 2020; Santos, 2020). Análises historiográficas registram a ocorrência das plantações de algodão e de sujeitos escravizados, bem como das produções têxteis, por todas as subdivisões provinciais do território nacional (Libby, 1997).

Em sua caracterização dos indícios da indústria originária brasileira, realizada a partir de documentos oficiais da província de Minas Gerais, Libby (1997) constatou a presença significativa da produção têxtil naquela província. O autor mostrou a existência de domicílios que produziam fios e tecidos grossos por mecanismos “artesaniais de fiação”, “tecelagem e costura” e “bordadura” (Libby, 1997, p. 101-104). Por implicação de imposições como essa que valorizava o trabalho masculino externo e submetia as mulheres ao trabalho domiciliar manual, a atividade doméstica têxtil foi concebida, desde os primórdios, como uma ocupação tipicamente feminina (Libby, 1997), o que confere, já neste momento, uma rígida divisão sociosexual do trabalho (Nogueira, 2011, 2024) para este setor.

Além disso, a pesquisa de Libby expôs, a partir dos relatos realizados por viajantes estrangeiros, a importância para o país das atividades de costura, constatadas nas diversas regiões do país – excetuando-se à amazônica que até então estava pouco povoada. Um dos relatos dos viajantes citados observou que, em meados de 1811, a província do Maranhão teria sido uma das maiores exportadoras de algodão do mundo (Libby, 1997). Outros relatos registram a produção de panos de algodão ao largo da primeira metade do século XIX nas províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A importância da Bahia foi assimilada na pesquisa documental realizada por Silvana Santos (2020). A autora registra que, por volta de 1866, a província era o centro dinâmico da atividade industrial têxtil brasileira, sediando “[...] cinco das nove fábricas têxteis existentes no Brasil, três das quais estavam entre as quatro maiores” (Santos, 2020, p. 29).

A produção têxtil que se processou naquele período seguiu um duplo caminho. No âmbito interno dos espaços produtivos, realizou-se em diferentes etapas produtivas que iam “[...] desde a limpeza do algodão até a tecelagem: a sala dos batedores, a sala de cardar, a sala de fiar e a sala de tecer”, local onde as costuras eram realizadas (Santos, 2020, p. 204). Nesse caso, as atividades eram, em geral, realizadas por trabalhadoras livres, embora existam registros de que o trabalho escravizado compulsório tenha sido utilizado nas dependências das fábricas também (Santos, 2020, p. 210).

Já no âmbito externo dos espaços fabris, os trabalhadores – em geral escravizados – exerciam atividades destinadas ao serviço de campo (Santos, 2020, p. 209) enquanto as trabalhadoras realizavam as atividades de costura em seus domicílios ou em pequenas fábricas. Esse duplo caminho já pressupunha a divisão espacial relevante e que merecer ser explicitada: os internos viviam em edifícios construídos no entorno da fábrica, separados por sexo e estado civil. Existia também uma distinção do local de moradia entre os trabalhadores livres e os escravizados (Santos, 2020).

Após a Independência brasileira (1822), começaram a aparecer as primeiras fissuras dessa fase preliminar da produção manual e artesanal. A produção industrial propriamente dita foi impulsionada, tendo sido a introdução de maquinários – principalmente a máquina de costura – o objeto de trabalho que contribuiu para este arranque. A partir daí, a importância das relações comerciais, mediadas por países colonizadores que detinham a hegemonia política no mercado mundial, foi fundamental na determinação da expansão assumida pela produção algodoeira brasileira.

Três condicionantes gerais reorientaram os rumos da produção têxtil, marcando uma nova fase. Em primeiro lugar, a produção têxtil sofreu em função da abertura das negociações de produtos no mercado mundial, que resultou em uma enxurrada de tecidos oriundos das fábricas inglesas e, também, na intensificação da exportação de algodão brasileiro. Em segundo, perdeu intensidade de produção e de exportação (Oliveira, 1993), após a produção algodoeira – matéria-prima elementar para a produção – ter sido “esmagada” pela expansão do café. Este foi, inclusive, um dos condicionantes decisivos para o solapamento da indústria doméstica (Libby, 1997); que afastou as possibilidades de o Brasil figurar como competidor internacional no mercado têxtil (Cano, 2007). Em terceiro, sofreu com os efeitos negativos decorrentes do protecionismo instituído pelas oligarquias agrárias do Nordeste. Tal protecionismo provocou um choque de interesses políticos no âmbito nacional, acirrando os conflitos políticos inter-regionais.

Esses condicionantes gerais vão conferir outro papel ao Nordeste algodoeiro, e as oligarquias que detinham seu comando, secundarizadas para a produção e pelas oligarquias cafeeiras. Daí em diante, o complexo agroexportador se concentrou nas ‘novas’ regiões cafeeiras (Cano, 2007), de onde se processaram os estímulos que orientaram e mobilizaram as demandas domésticas. Nesses marcos, a concentração industrial se adensou na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo – que, ao final da década de 1920, possuía mais de “2000 mil” estruturas fabris (Almico; Saraiva, 2020, p. 112). Esse adensamento impulsionou também o emprego de mulheres e crianças com baixos salários nas estruturas fabris.

Nesses moldes, enquanto o trabalho das costureiras de domicílios era empregado para reduzir ainda mais os custos diretos com a produção, houve o surgimento das grandes estruturas industriais que mais tarde deram composição – junto aos impulsos políticos-administrativos – ao processo de industrialização.

Outro elemento que resume tal momento é a transferência espacial da produção que passou a ser realizada com sede nas cidades (Oliveira, 1993). Se antes a produção fabril demandava proximidade com as fontes energéticas, com as matérias-primas e insumos e com as vias de transportes, com o avanço das tecnologias mecânicas, essas demandas deixaram de condicionar e regular espacialmente a produção. A partir de então, começou a se processar um projeto político orquestrado pelas burguesias agroexportadoras no comando do Estado para resolver os problemas da acumulação de capital. Esse projeto político “[...] concentrou esforços e políticas públicas no Sudeste brasileiro, essencialmente no eixo Rio-São Paulo, em detrimento das demais regiões brasileiras” (Almico; Saraiva, 2020, p. 95-96).

A forma de sua implementação se deu, principalmente, pela intervenção do Estado no “projeto abolicionista” (Coutinho, 2015, p. 26), como maneira de se aproximar da realidade produtiva dos Estados inseridos nos moldes do liberalismo positivista, mas também como maneira de mitigar as lutas emergentes, principalmente as lutas negras. Deste modo, o

Estado brasileiro construiu os aparatos legais para a abolição da escravatura ao mesmo tempo em que encobriu as relações de dominação e os interesses econômicos e políticos existentes nessa medida jurídica. Daí a ideia de que o abolicionismo institucional, nos moldes que foi implementado no Brasil, não era incompatível com a permanência das formas de dominação que se utilizavam da racialização (Vellozo; Almeida, 2019). A instauração do mito da democracia racial (Fernandes, 2008) cumpriu um papel fundamental neste aspecto.

Tanto é que esse “reparo” institucional – para usar uma expressão de Ruth W. Gilmore (2022) – não alterou a produção das desigualdades decorrentes dos períodos anteriores e sim formalizou-a e aprofundou-a, na medida em que, ao instituir as relações de propriedade da terra, dificultou seu acesso aos sujeitos libertos das relações de escravização. O papel que o Direito Penal – “[...] a serviço e, mais tarde, em atuação co-participativa com O Direito do Trabalho” (Coutinho, 2015, p. 26) – cumpriu nesse período contribui com a compreensão da promoção de formas punitivas e excludentes que foram ampliadas, sob distintos moldes, até a condição presente (Coutinho, 2015).

Foi a partir dessa relação que a conversão da “região” do café em “região industrial” começou a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o território brasileiro (Oliveira, 1993), forjando uma progressiva diferenciação produtiva entre as regiões geográficas que foram sendo caracterizadas, e aprofundando as desigualdades, a pobreza e a miséria existentes (Conceição, 2005; Lima, 2019). E, neste ponto, é necessário reforçar o argumento das transições, segundo o qual as experiências foram dessemelhantes em distintas regiões do Brasil (Martins, 2001).

Foi durante esse período que as bases da produção têxtil nas estruturas fabris foram criadas: a produção tinha seu principal apoio no trabalho domiciliar – antes realizado por escravizados e, pós-institucionalização da abolição da escravatura, por trabalhadores livres, não assalariados. Essas formas de utilização da força de trabalho, tidas como arcaicas, foram regeneradas e ampliadas, ganhando novos impulsos nos períodos posteriores. Elas impulsionaram as transformações das relações de produção têxtil no Brasil, configurando a fundação de um mercado de trabalho tipicamente capitalista, que caracterizou a transição para uma nova fase de expansão, orquestrada sob moldes do capitalismo industrial.

A EXPANSÃO DAS RELAÇÕES TÊXTEIS SOB OS MOLDES DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

A década de 1930 resultou em transformações estruturais na formação socioespacial brasileira. Ela pode ser lida como um “novo” momento sob o qual estiveram assentadas as relações de produção no Brasil. A partir dela, deu-se início ao processo de revolução burguesa, sob o qual foram assentadas as bases do capitalismo urbano-industrial que impulsionaram a industrialização brasileira, sobretudo após os anos 1950.

O processo de industrialização que se processou a partir da década de 1930 se beneficiou de duas formas aparentemente contraditórias da produção industrial: pela manutenção do trabalho doméstico que fora instaurado nas transições que ocorreram no período originário – elevando a qualidade de suas formas de produção e consumo transmutadas e utilizando do urbano que se formava como espaço de sustentação da indústria –; e pela consolidação do modo de produção de mercadorias que se sobrepunha sobre as formas de organização da economia e da sociedade dos períodos anteriores (Oliveira, 1977). Foi nesse período que

se processaram e se proliferaram as relações econômicas e jurídicas que sedimentaram as relações societárias brasileiras, alinhando-as às leis do mercado mundial³.

Do ponto de vista espacial, o processo de industrialização representou o incremento populacional ao redor cidades nas quais se instalavam as indústrias, consolidadas em grandes centros urbanos e, em alguns casos – a exemplo de Fortaleza (Muniz, 2016) –, das vilas operárias. Foi a partir desse momento também que o Estado – que ou era inexistente ou se configurava como projeção (Oliveira, 1977, p. 70) – assumiu um lugar fundamental no processo de expansão e alteração das condições gerais que foram criadas nos períodos de transições anteriores, visto que foi dirigido pelas burguesias industriais emergentes (Oliveira, 2003, p. 64).

Sob o Estado Novo varguista (1930-1945), o vínculo entre o desenvolvimento da produção algodoeira e têxtil persistiu, mas sua forma se processou de maneira diferente. No que diz respeito à base espacial, quando o Sudeste se industrializou, passou seu papel de produtor agroexportador massivo para outras regiões, inferindo na maneira pela qual o “capital agroexportador” teria se expandido pelo território brasileiro (Oliveira, 2003, p. 43-44). A linha de frente da expansão se deu em direção às regiões interioranas, expandindo com ela a lógica da propriedade da terra que se projetou pelas grandes extensões individuais, resultando em massivas expropriações e expulsões de populações camponesas “do campo para a cidade” (Conceição, 2013, p. 85). O papel do Estado foi, novamente, o de abrir caminho com a instauração das infraestruturas – como estradas de ferro e rodagem, bancos e cartórios (Souza; Silveira, 2011) – pela via do financiamento (Oliveira, 1977). A expressão política e geográfica desse momento de expansão é a assim chamada *Marcha para o Oeste*.

Com isso, o “recém-nascido” Estado (Oliveira, 1977) dirigiu a força de seu aparato em benefício das burguesias industriais, incentivando o desenvolvimento industrial e colocando a classe trabalhadora sob sua tutela. No entanto, essa tarefa dependia da edição de marcos regulatórios nas relações reiteradas entre o capital e o trabalho. A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) despontou então como o marco mais importante, na medida em que fixou os pressupostos da compatibilização dos interesses da acumulação tipicamente capitalista e institucionalizou as regras do jogo que regularam (e regulam ainda) o trabalho urbano subordinado e assalariado (Coutinho, 2013). Tem-se como resultado imediato a pacificação e o encapsulamento das lutas revolucionárias.

No que se refere à institucionalização, a CLT cumpriu as funções de:

- i. Continuar a reprodução da acumulação ampliada do capital, ainda que se trate da ampliação de direitos e garantias – e neste ponto é ambígua e insuperável;
- ii. Ocultar a exploração do trabalho não pago, em sua “função de mascaramento do trabalho enquanto mercadoria, objeto e da existência de uma relação de poder”; e
- iii. Mascarar a desigualdade decorrente da relação de poder e sujeição entre empregado e empregador (Coutinho, 2013, p. 170-172).

Já quanto à compatibilização, a CLT cumpriu as funções de:

- i. Converter uma enorme massa de trabalhadores, mediante mecanismos de expropriação e expulsão, em um imenso contingente de população disponível para o capital;

³ O referido período é repleto de complexidades, muitas das quais destacadas em minha tese doutoral (Lima, 2023).

- ii. Denominar todas as categorias de trabalho, “reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho”, e subordinando-as às atividades urbanas; e
- iii. Impulsionar a produtividade do trabalho (Oliveira, 2003, p. 38-39).

Outra vez, há aqui um aprofundamento do que a ordem escravocrata já havia instaurado, que fora a inserção desigual dos sujeitos sociais nas formas jurídicas que se promulgavam, uma vez que grande parcela dos trabalhadores urbanos (principalmente os industriais) tiveram seus direitos garantidos pela nova CLT, enquanto os trabalhadores rurais não. Há, além dessa inserção desigual de trabalhadores na ordem jurídica (e, portanto, na rede de proteção social a ela atrelada) outra característica constituinte do processo do capital no Brasil, a saber: “[...] sua competência para regenerar formas [consideradas] arcaicas de relações sociais” (Martins, 2001, p. 7). Veja-se que a maioria dos trabalhadores negros foi deliberadamente excluída das instaurações jurídicas e de proteções do trabalho, o que reafirmou o projeto de “reparo” institucional instituído com o pós-abolição. Tal instauração também se procedeu de um tipo muito particular de construção na medida em que esteve amplamente assentada nos “aspectos de racialização” (Lima, 2023, p. 103-106).

Se no centro do capitalismo o fordismo sugeria que a concentração produtiva deveria ser realizada em um espaço fabril, no caso brasileiro, essa concentração não se efetivou completamente. Aqui, o desenho das relações de produção no chão de fábrica incorporou, ora pelos espaços de controle das cidades sedes, ora pelas vilas operárias do entorno das indústrias que modificavam as relações sociais dos pequenos municípios, os espaços domiciliares enquanto espaço produtivo. Ou seja, o modo pelo qual esse movimento obteve seu maior ponto de apoio foi pela regeneração de um mecanismo de redução de custos com a produção, a dizer, pela transferência dos custos com a produção – e os meios (linhas, agulhas) – para os espaços domiciliares. A permanência dessa forma de trabalho domiciliar esteve, portanto, condicionada à contenção dos custos com a produção, o que revela, a partir do espaço, a economia política do trabalho explorado no Brasil. Bem longe de obstacularizar a acumulação de capital, esse processo conferiu validade a ele, articulando os traços históricos dos princípios das produções têxteis aos aparatos “modernos”.

A partir da década 1960, essa realidade começou a ganhar novos contornos. Se, antes, a industrialização se processou num quadro conflitivo entre os setores urbano-industrial e o agroexportador, desde esse momento teve-se o estímulo da entrada de capitais estrangeiros, o que começou a impulsionar a produção automobilística e a de eletrodomésticos. Para efetivar essa associação, o Estado se acoplou ao capital externo (endividando-se, principalmente) a fim de supostamente “equacionar” problemas econômicos e de investimento, o que se deu por meio dos financiamentos e repasses dos públicos às iniciativas privadas, sobretudo. Ao oferecer subsídios para a produção de infraestruturas (Mendonça; Fontes, 1988) – maioria pela via financiamento e construção das grandes obras dos setores de comunicações (telégrafo e telefonia), logística e transportes (Souza; Silveira, 2011) –, o Estado alterou a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias, reduzindo as barreiras para a integração geográfica do território (Oliveira, 2007).

O Golpe Militar de 1964 representou uma ruptura com o projeto populista varguista. Esse golpe teve um duplo sentido destrutivo: de um modo, representou a “[...] destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores”, que se deu, de modo sistemático e repressivo, pelo “[...] impedimento de todas as formas de organização popular”

(Mendonça; Fontes, 1988, p. 19-20); e, de outro, pela criação de mecanismos institucionais que operam na captura da subjetividade dos trabalhadores, como ocorreu com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que institucionalizou a perda da estabilidade decenal e a necessidade de empresas arcarem com programas assistenciais que mantinham para seus trabalhadores (Rodrigues, 2012). Foi a partir da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do FGTS que o mundo do trabalho começou a subsidiar a produção do e no urbano – pela via dos financiamentos e das concessões de créditos aos capitais imobiliários –, utilizando-se, principalmente, da ideologia da “casa própria” que fora introjetada no ideário das classes trabalhadoras (Rodrigues, 2012, p. 13).

As características gerais da produção têxtil no período em questão podem ser resumidas em três dimensões gerais, que são interconectadas entre si. No que se refere à dimensão espacial, passou a ocorrer uma diferenciação dos pesos produtivos da indústria têxtil. Ainda que a produção têxtil esteja dispersa em todo o Brasil, os níveis de produção das mercadorias despontaram sobremaneira no estado de São Paulo, que começou a assumir uma posição de destaque no cenário nacional. Tem-se com isso um processo de concentração das estruturas têxteis nesse estado nacional. Essa concentração industrial (que coincide com a concentração industrial de outros setores produtivos) aprofundou a desigual divisão social do trabalho (Oliveira, 1993) no país.

No que se refere às dimensões econômica e política, o direcionamento massivo de recursos públicos para as indústrias de base e as de consumo de bens duráveis – cuja indústria automobilística é o pilar central –, sobretudo a partir do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), promoveu uma redefinição das “linhas estratégicas dessa industrialização”, o que incidiu sobre os pesos produtivo e político que tinham o setor industrial (Festi, 2023). Em função da competição interindustrial daí decorrente, a redução dos dispêndios com salários passou a ser um mecanismo amplamente disseminado no setor têxtil em geral (Abreu; Sorj, 1993). Esse processo de afirmação do grande capital hegemônico começou a tomar outros rumos em meados de 1974 – momento de crise social decorrente do regime político imposto pelo Golpe que provocou a aceleração da concentração de renda, a expansão da miséria e o aumento da produtividade do trabalho com a classe trabalhadora reprimida em sua capacidade de reivindicar e barganhar (Mendonça; Fontes, 1988).

As vozes provenientes do mundo do trabalho, exaustas com sua condição, foram as que sacudiram aquele momento e indicaram, pelas lutas e pela efervescência do sindicalismo (Antunes, 1999), a necessidade de mudanças sociais. Essa grande efervescência promovida por tais movimentos caracterizou a tentativa de ampliar os direitos sociais e estendê-los aos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras, o que culminou na construção da Constituição Federal de 1988 – também chamada de “Constituição Cidadã” (Previtali; Lucena, 2017, p. 80). No entanto, essa possibilidade viu-se esgotada diante da ofensiva do capitalismo ocidental que impôs, durante a década de 1990, um novo rumo a este processo, marcando o aprofundamento dos avanços desregulatórios que caracterizam a era da desertificação neoliberal.

AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO TÊXTEIS SOB OS IMPULSOS DO CAPITALISMO NEOLIBERAL

A gênese da discussão mais sistematizada sobre as formas flexíveis de acumulação no ocidente global remonta às décadas de 1980 e 1990, quando houve um aprofundamento

LIMA, F.

das reestruturações organizacionais e tecnológicas em resposta às crises conjunturais do último quartel do século XX. Essas reestruturações implicaram na disseminação dos preceitos neoliberais (Arrais, 2022a) pelo ocidente global⁴, resultando num conjunto de mudanças com implicações incisivas e dramáticas nas relações de produção em geral e no mundo do trabalho em particular.

Entre os casos mais emblemáticos em que tais repercussões são evidentes está o do Chile. Neste país, medidas neoliberais foram implementadas, sendo postas em prática graças ao golpe civil-militar de 1973 – cujas intencionalidades são semelhantes ao instaurado no Brasil em 1964 –, com objetivo de alterar o papel do Estado em relação à intervenção e regulamentação, direcionando seus fundos para iniciativas privadas (Antunes, 1999; Harvey, 2008). Dramáticas pois, ao contrário das imposições dos governos eleitos com traços “democráticos” – como o inglês e o estadunidense –, a ditadura instaurada no Chile buscou, mobilizando a violência, implantar formas de gestão/dominação sobre o mundo do trabalho, em tentativa de restaurar os padrões de acumulação.

Essas medidas se deram pelo uso intensivo de novas tecnologias de informação e comunicação (Tunes, 2015; 2020), visando intensificar o controle sobre o trabalho, além da introdução de elementos de competitividade e responsabilidade social no ideário do trabalhador, buscando que ele aceitasse as condições de controle – características típicas dos preceitos neoliberais (Arrais, 2022b; Lima, 2022). Elas resultaram na intensificação das formas flexíveis de produção.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada, como assinalado anteriormente, pelas tentativas de construção de uma ordem democrática que ia em direção oposta aos padrões neoliberais que estavam sendo impostos de maneira sistemática nas décadas anteriores. Em função da atuação dos movimentos sociais, principalmente, abriu-se, em 1985, o período de redemocratização, quando se tiveram novos horizontes de transformação nas relações de produção.

Contudo, a década de 1990 significou uma “virada” nesse processo. Apesar de a introjeção das políticas neoliberais terem sido um veículo da restauração do poder de classe que vem ocorrendo desde a ditadura empresarial-militar, foi a ascensão de FHC que produziu uma sistematização das políticas neoliberais disseminadas pelos agentes e organismos internacionais na estrutura do Estado brasileiro, introjetando-as e disseminando-as como ferramenta ideológica de coordenação do poder.

Essa virada deflagrou uma nova rodada de reestruturação produtiva (Antunes, 2011), imposta tanto como uma reação direta do capital às lutas insurgentes quanto com o objetivo de ampliar as lógicas de centralização e acumulação de capital, estagnadas até então pela profunda crise instaurada com a agenda econômica do regime militar. A nova rodada repercutiu em mudanças nas relações de produção no território, que demandaram a intensificação das formas flexíveis.

A sistematização dos preceitos do neoliberalismo repercutiu em alterações que podem ser observadas em múltiplas escalas, desde uma perspectiva geográfica. No cenário externo, o país esteve envolto à falta de alternativas políticas abrangentes, como muitos países do globo, após a queda do muro de Berlim. Dessa forma, teve de, por um lado, aprofundar

⁴ Para compreender o movimento de formulação dos preceitos de livre mercado que fundamentam o neoliberalismo, as intencionalidades existentes e as implicações decorrentes de tais avanços sobre os territórios, ver, entre outros, Castree (2006), Arrais (2022b) e Lima (2024).

a lógica capitalista já em vigor e, por outro, render-se aos pressupostos da nova ordem mundial estabelecida. A partir de então, alterações no plano político, social e jurídico foram implementadas na realidade brasileira em decorrência da nova divisão internacional do trabalho que se desenhou no cenário externo (Antunes, 2011).

Como tendência mundial iniciada na década de 1970, pôde-se verificar os processos de abertura comercial e de intensificação da concorrência intercapitalista, além da liberalização, tudo comandado pelo crescente modo de acumulação predominantemente financeiro (Antunes, 2011) como ferramentas para a reestruturação competitiva no Brasil.

Quanto à questão política, houve a utilização massiva dos recursos do fundo público do BNDS, já sob o governo de José Sarney (1985-1990), incorporando “[...] cenários de integração competitiva entre as empresas” e abrindo caminho para a transnacionalização (Fontes, 2010). A continuidade desse projeto se deu no período de governo de Fernando Collor (1990-1992), ao se estabelecer uma fase de abertura comercial, de privatizações e de ajuste fiscal. Já nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ocorreu, de modo mais sistemático, a “[...] implementação de um amplo programa de reforma do Estado” (Previtali; Lucena, 2017, p. 80), o que marcou o aprofundamento das ações do governo anteriormente implementadas.

No que se refere ao mundo do trabalho, a postura mais agressiva dessa rodada de reestruturação se efetivou mediante formas diferenciadas, configurando uma realidade que comportou tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores. Orientados pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington, os governos acima citados implementaram uma série de medidas que desregulamentaram as relações formais de trabalho no Brasil.

Uma face desse processo foram as mudanças nos marcos regulatórios, que acentuaram a flexibilização da legislação trabalhista (Coutinho, 2013) e a supressão de direitos conquistados. Se antes os esforços estavam no sentido de construir um capitalismo de base nacional, aqui a desregulamentação comandada pela lógica neoliberal – em sua fase de globalismos – foi quem deu a tônica para o afastamento do modelo tradicional de emprego. Entre as mudanças mais nefastas se encontram: “[...] a ampliação do uso do contrato por tempo determinado, o contrato em tempo parcial”; “[...] a suspensão do contrato de trabalho em tempo determinado”; e “[...] a correspondente redução de salário, encargos e benefícios” (Braga, 2017, p. 116).

A outra face desse processo foi o aprofundamento das reestruturações organizacionais e tecnológicas. No âmbito das empresas, foram gestados novos padrões organizacionais e tecnológicos (Tunes, 2020), ou seja, “[...] novas formas de organização social” (Alves, 2007), combinadas com distintas maneiras de gestão do trabalho. Nesse aspecto, a forma de reestruturação que se processou no bojo da terceira RI utilizou-se das novas tecnologias microeletrônicas e telemáticas para organizar a produção a partir da constituição de redes de fábricas fornecedoras (Druck, 1995), suscitando coordenações transversais e horizontais que alteraram a lógica dos espaços produtivos, representando os influxos toyotistas na produção.

Com isso, teve-se a consolidação de formas de gestão da força de trabalho. Tais modelos de gestão combinavam os mecanismos burocráticos verticalizados com formas flexíveis de gestão e de produção, tendo a disciplina como regra, com mecanismos mais flexibilizados e horizontais, baseados, sobretudo, na produção fluída, na “produção flexível” e “difusa”

(Alves, 2007, p. 158). Em função desses processos, a estratégia utilizada pelo empresariado foi intensificar as perdas para os trabalhadores – os seus “parceiros” preferenciais para sustentar os “[...] prejuízos decorrentes desta situação” (Druck, 1995, p. 43).

Novamente, temos o setor têxtil como uma chave para entender a reorganização produtiva e a dinâmica territorial dela decorrente. Seu principal impulso para corrigir distorções na acumulação foi reforçar e expandir os processos acima descritos. Nesse setor, as empresas passaram a recorrer ainda mais à terceirização e subcontratação (Silva, 2013), reduzindo os custos da produção, acarretando enorme desemprego e enfraquecendo a coesão e a solidariedade dos trabalhadores (Antunes, 2011). A título de sustentação, pode-se mencionar o caso de uma indústria situada no noroeste do Paraná também pode ser elucidativo: a indústria que empregava “[...] 2.431 trabalhadores em 2000” passou a empregar 852 em 2010, em um cenário de aumento da produção superior a 200% para o mesmo período (Lima, 2023, p. 160-163). Dizendo em outras palavras, o emprego industrial deixou de se afirmar como tendência dominante, repetindo uma tendência mundial de declínio do emprego industrial que se processava desde 1980.

A dispersão espacial da produção que aparece como uma oferta de benefícios para o capital foi, sob distintos prismas, um processo geográfico. Ela reafirmou a necessidade do capitalismo de ajustar espacialmente suas crises (Harvey, 2008), mobilizando-se de forma a reduzir custos, abrir novos mercados e aumentar os lucros, o que ocorreu pelo espaço, como ocorreu nos períodos de transições. A novidade aqui foi a incidência com a qual esse processo, conceitualmente caracterizado como dispersão espacial, impôs-se a partir de 1990. Antes disso, as estruturas fabris se concentravam, em sua maioria, nas grandes cidades e estavam organizadas sob a lógica comandada pela relação fordista e concentracionista piramidal de produção – mas sempre com o amálgama que é típico das relações de produção têxtil.

Em favor de um melhor entendimento desse movimento de retorno, pode-se situar o caso de algumas indústrias do setor têxtil já consolidadas no Sul que instalaram suas “[...] unidades de produção nas capitais ou nas cidades do interior, interessadas, principalmente, na oferta de trabalho a baixo custo, nos benefícios fiscais e na maior possibilidade de flexibilizarem a produção e as relações de trabalho” (Pereira Júnior, 2011, p. 214). Esses deslocamentos representaram uma possibilidade de diminuição dos custos de produção em várias dimensões. Instalando terrenos em determinados lugares se pode haver ganhos expressivos em várias frentes – principalmente em função do preço da terra e da força de trabalho e da disponibilidade de recursos naturais).

Algumas indústrias que seguiram por essa via para reduzir custos com a produção romperam a fabricação de produtos nos seus estados de origem, mantendo nesses locais apenas seus escritórios de gestão e administração ou seus centros de pesquisa (Pereira Júnior, 2011; Silva, 2013) e, com isso, garantiram uma posição consolidada no mercado nacional, confirmando uma tendência de centralização de capital assinalada por Lencioni (1996). No momento atual, São Paulo é quem detém o monopólio industrial e comercial. Por ser o “centro” de comando dos fluxos e de informação (Silva, 2009), impõe os traços precarizantes que serão implementados nas diversas regiões do país.

Um segundo aspecto que se vincula à redução de custos tem a ver com a desintegração de qualquer obstáculo territorial em função dos benefícios fiscais (Pereira Júnior, 2011). Nesse ponto, a questão das flexibilizações das ações estatais que se deram em sintonia com o

LIMA, F.

planejamento acoplado com o setor privado pode ser elucidativa (Pereira Júnior, 2011; Lima, 2023). Outro ponto a ressaltar é que, reduzindo os custos da produção, o capital consegue também outros “benefícios” para si. O mais óbvio pode ser, talvez, que esse processo a redução do emprego e a “eliminação [...] de postos de trabalho melhor remunerados (salários e benefícios) nas grandes empresas e à sua substituição por empregos de pior qualidade, nas terceirizadas (Druck, 1995, p. 39).

Um dos resultados disso foi a pulverização de pequenas e médias unidades produtivas, de fábricas e de trabalhadoras em domicílio pelos pequenos municípios do interior do Brasil, locais onde, em geral, a organização é baixa e os trabalhadores se submetem aos regimes impostos por não terem outra opção de venda da força de trabalho. Como exemplo, temos a formação de regiões produtivas nos estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte etc.

Esse conjunto de alterações representa o aprofundamento da reestruturação competitiva intercapitalista da economia brasileira e a passagem para a neoliberalização. No entanto, é preciso recordar que mesmo que tenha essa aproximação com as dimensões da exploração, a produção têxtil opera hoje de forma diferente. No momento atual, as indústrias passaram a produzir em distintas e diferenciadas etapas do processo produtivo, baseadas numa rede de agências e de relações comerciais e de circulação em rede – concentração do capital em estados (Pereira Júnior, 2011). Desde então, constituíram-se as cadeias produtivas de valor, conformadas em vários níveis de fornecimento, ao contrário das estruturas formadas pelas grandes indústrias e seu enorme conjunto de fornecedores, predominantes durante o fordismo.

Em resumo, houve a regressão da organização produtiva fabril e a casa foi, uma vez mais, impulsionada como espaço de extensão dos espaços produtivos. A indústria têxtil foi, talvez, o setor propulsor dessas formas que se generalizaram e se universalizaram em quase todos os setores do mundo do trabalho atual, assumindo dimensões mais dramáticas para aqueles que vivem do trabalho.

CONSIDERAÇÕES

A questão central consistiu em investigar o conjunto de mudanças ocorridas durante o último quartel do século XX e observar seus desdobramentos nas relações de produção mobilizadas em território nacional. Parcela relevante das interpretações que investigaram a ocorrência e as ressonâncias de tais mudanças (a maioria formulada nas décadas de 1980 e 1990 por teóricos do Norte global) concluíram a favor da emergência de novas formas flexíveis de produção em todo o Ocidente global. Tal esforço objetivou verificar até que ponto tais interpretações são explicativas das mudanças que incidiram na realidade brasileira, que pouco se assemelha às particularidades que embasaram essas conclusões.

As relações de produção foram contextualizadas a partir da trajetória histórica do setor têxtil, cuja presença no território e pioneirismo histórico permitiram revelar os impulsos da expansão do capitalismo no Brasil ao longo de três fases principais, bem como destacar em quê e como se expressavam as mudanças. A primeira delas, a originária, a fabricação de têxteis – amplamente atrelada à expansão das fronteiras agroexportadoras da produção algodoeira –, fez uso da exploração da força de trabalho livre e do trabalho de sujeitos escravizados para a produção artesanal dispersa pelos espaços domiciliares e fabris.

Na transição para a segunda fase, a da industrialização capitalista, essa combinação de formas distintas de produção ganhou uma nova qualidade. As exigências do nascente processo de industrialização, na década de 1930 – que se manteve nos espaços domiciliares já instaurados, combinando-os com o trabalho industrial fabril e assalariado que fora institucionalizado – levou ao aprofundamento da expansão capitalista em espaços ainda não socializados na conformação capitalista, alargando as formas flexíveis de produção ao largo do território nacional.

Na última fase analisada, a neoliberal, pôde-se observar que, de modo sistemático, foram instaurados os pressupostos do individualismo como um projeto que desarticula relações de trabalho baseadas no regime assalariado. A ampliação das terceirizações e subcontratações, legalmente respaldadas por modificações nos marcos regulatórios do trabalho e pela subsequente supressão de direitos, além da introdução de elementos de competitividade e responsabilidade social no ideário do trabalhador, buscando sua aceitação das condições despóticas de controle, são os novos elementos que presidem esta fase. Com tais mudanças, a prevalência de formas flexíveis se afirmou em todos os espaços: nos domicílios, nas indústrias, nas ruas e praças, a regra é flexibilizar e transferir custos para o trabalhador sempre que possível, através de vias institucionais, quando disponíveis.

A perspectiva abrangente me permitiu demonstrar que, embora a flexibilidade seja profundamente intensificada em momentos de crise de lucratividade do capital como alternativa para restaurar o poder de classes e a acumulação, ela não é novidade no Brasil. Apesar de todas as transformações estruturais e modalidades de dominação assumidas nas distintas transições, as formas flexíveis, amplamente fundamentadas na exploração da força de trabalho, estruturaram as relações de produção no setor têxtil e em todos os demais setores produtivos nos quais suas formas estruturantes foram sendo generalizadas. As formas flexíveis de produção sempre foram – e continuam sendo – elementares para a estruturação e a expansão do capitalismo – daí seu protagonismo.

Ao explicitar esse traço constituinte, a discussão que realizei difere das interpretações que sugerem que as manifestações de formas flexíveis de produção são expressões das mudanças recentes.

A tentativa de buscar entender a particularidade do capitalismo brasileiro a partir do tema das relações de produção têxteis abre um campo de discussão importante, que simplesmente não pode emergir dentro do quadro analítico geral embasado em teorias que se pretendem universais – comumente mobilizadas em tentativa de elucidar as mudanças e desdobramentos que incidem sobre o território, ainda que sem a devida mediação –, mas que são forjadas dentro dos moldes teóricos e empíricos de particularidades do norte global. Tal tentativa releva não somente formas históricas de flexibilidade, como também permite questionar a dicotomização ou mesmo a separação entre dois modelos de regulação (a acumulação fordista e a flexível) como se seus modos operativos estivessem encerrados em si mesmos que, apesar de todas distinções, preservam em si elementos que se imiscuem a outras formas produtivas no Brasil.

Assim, concluo que, para o debate centrado em elementos empíricos atinentes à realidade brasileira, faz mais sentido observar as estruturações históricas das relações de produção e notar que, mesmo quando se modificam, preservam elementos constituintes de períodos históricos anteriores que vão sendo amalgamados às formas contemporâneas e dialeticamente requalificados para sustentar a acumulação de capital, ao invés de tentar

refletir no território brasileiro as repercussões das mudanças profundas nos sistemas produtivos que afetam países do Norte global, o que pouco ou nada explica sobre a realidade dessa formação socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.; SORJ, B. **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Fundo Econômico, 1993.
- AGLIETTA, M. **Regulación y crisis del capitalismo**: la experiencia de los Estados Unidos. Madri: Século XXI, 1979.
- ALMICO, R.; SARAIVA, L. Raízes escravas da Indústria no Brasil. *In*: SALLES, R. H.; MUAZE, M. (ed.). **A segunda escravidão e o império do Brasil em perspectiva histórica**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020. p. 93-120.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARRAIS, T. **Somos os mortos vivos**: de como The Walking Dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022a.
- ARRAIS, T. The consensual divorce of geography: adherence to neoliberalism, the cult of freedom and the overthrow of democracy. *In*: GONZÁLEZ, R.; MITIDIERO JUNIOR, M. (ed.). **Brazilian geography: advances in geographical and environmental sciences**. Singapore: Springer, 2022b. p. 125-168. DOI: http://doi.org/10.1007/978-981-19-3704-0_10.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Edunicamp, 2007 [1977].
- CASTREE, N. From Neoliberalism to Neoliberalisation: consolations, confusions, and necessary illusions. *Environment and Planning A*, Londres, v. 38, n. 1, p. 1-6, 2006.
- CONCEIÇÃO, A. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 1, n. 6, p. 166-170, 2005.
- CONCEIÇÃO, A. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Meridiano Revista de Geografia**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 81-104, 2013.
- COUTINHO, A. C. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre: do escravismo ao liberalismo. *In*: SOUTO MAIOR, J. (ed.). **Mito**: 70 anos da CLT. Um estudo preliminar. São Paulo: LTR, 2015. p. 26-32.
- COUTINHO, A. C. Direito capitalista e democrático do trabalho nos marcos do Estado Providência: 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho Brasileira. **Revista Estudos do Século XX**, Coimbra, v. 13, n. 1, p. 167-180, 2013. DOI: http://doi.org/10.14195/1647-8622_13_10.
- DRUCK, M. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico da Bahia. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008 [1964].
- FESTI, R. **As origens da sociologia do trabalho**: percursos cruzados entre Brasil e França. São Paulo: Boitempo, 2023.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 2010.
- GARCÍA LINERA, Á. ¿Qué es una revolución?: y otros ensayos reunidos. Buenos Aires: CLACSO, 2021.
- GILMORE, R. W. Acoplamentos fatais de poder e diferença: notas sobre racismo e geografia. *In*: BERG, T. (ed.). **Trabalho e Marxismo**: questões contemporâneas. Marília: Lutas AntiCapital, 2022. p. 39-64.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].
- HARVEY, D. **Neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Loyola, 2008 [2005].

- KILMISTER, A. Reestructuring. *In*: BROWNING, G. (ed.). **Understanding contemporary society: theories of the present**. London: Sage, 2000. p. 252-266. DOI: <http://doi.org/10.4135/9781446218310.n18>.
- LENCIONI, S. A Reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 79-90, 1996. DOI: <http://doi.org/10.7154/RDG.1996.0010.0007>.
- LIBBY, D. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, 1997.
- LIMA, F. As eleições de 2018 e a ascensão da extrema direita no Brasil. **Percurso**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 207-215, 2019.
- LIMA, F. Neoliberalismo: interpretações críticas e defensivas, intencionalidades e implicações. **Percurso**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 57-89, 2024.
- LIMA, F. **Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira: uma interpretação crítica com ênfase na indústria têxtil, de 1930 aos dias atuais**. 2023. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12665>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- LIMA, F. Under the shadows of capital-imperialism: conditions of expropriation and exploitation of Haitian immigrants. *In*: RITCHIE, G.; CARPENTER, S.; MOJAB, S. (ed.). **Marxism and migration: Marx, Engels, and Marxisms**. New York: Palgrave Macmillan, 2022. DOI: http://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_6.
- LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Revista Ensaios**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.
- MARTINS, J. A escravidão contemporânea. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 28, n. 168, p. 1-16, 2001.
- MENDONÇA, S.; FONTES, V. **História do Brasil recente**. São Paulo: Ática, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MORAES, A. C. R. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 81-86, 1994. DOI: <http://doi.org/10.7154/RDG.1994.0007.0006>.
- MUNIZ, A. O. Ceará e a indústria têxtil no espaço-tempo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 36, n. 3, p. 420-443, 2016.
- NOGUEIRA, C. M. O. **Trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [2006].
- NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino assalariado: a dialética na produção e reprodução. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 147, n. 3, e6628358, 2024. DOI: <http://doi.org/10.1590/0101-6628.358>.
- OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. *In*: OLIVEIRA, F. (ed.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977. p. 65-76.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste – planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1993 [1981].
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].
- OLIVEIRA, F. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 65, n. 245, p. 1-17, 2007.
- PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- PREVITALI, F.; LUCENA, C. Estado de bem-estar social, neoliberalismo e estado gestor: aproximações globais. *In*: LUCENA, C.; PREVITALI, F. (ed.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2017. p. 72-96.
- RODRIGUES, A. M. Políticas públicas: FGTS e planos diretores - conteúdos e significados. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, v. 9, n. 6, p. 10-20, 2012.
- SABEL, C.; PIORE, M. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic, 1984.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Edusp, 2004 [1977].
- SANTOS, S. **Escravidão, tráfico e indústria na Bahia oitocentista: a Sociedade Lacerda e Cia e a Fábrica têxtil de Todos os Santos (1844-1878)**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História. UFF. Niterói. 2020.

SILVA, A. B. A cidade de São Paulo e a produção de informações: contribuições à pesquisa e ao debate. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB*, 11., 2009, Brasília. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2009.

SILVA, S. C. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. **Revista Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013. DOI: <http://doi.org/10.4000/espacoeconomia.475>.

SOUZA, V.; SILVEIRA, M. O transporte rodoviário no Brasil: algumas tipologias da viscosidade. *In: SILVEIRA, M. (Ed.). Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 277-298.

THOMAZ JÚNIOR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 104-122, 2011.

TUNES, R. **Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles, 2020.

TUNES, R. **Geografia da inovação: território e inovação no Brasil no século XXI**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <http://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-16032016-135145>.

VELLOZO, J.; ALMEIDA, S. L. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2137-2160, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40640>.

Editor do artigo

Ricardo Mendes Antas Junior

Recebido: Dez. 12 2023
Aceito: Jun. 21 2024